

Estrela do Norte Geração de Energia SPE S.A

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Estrela do Norte Geração de Energia SPE S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Estrela do Norte Geração de Energia SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Estrela do Norte Geração de Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém transações envolvendo montantes relevantes com empresas relacionadas, representadas substancialmente por reembolso de despesas, sem remuneração e prazo de vencimento. Referidas transações foram realizadas com base em condições negociadas entre a Companhia e as respectivas partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes do exercício anterior

As demonstrações contábeis da Estrela do Norte Geração de Energia SPE S.A para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós e nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de abril de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Estrela do Norte Geração de Energia SPE S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	40.441	714
Impostos a recuperar	-	221	-
Partes relacionadas	5	1.403	8
Instrumentos financeiros	6	161	-
Total do ativo circulante		<u>42.226</u>	<u>722</u>
Ativo não circulante			
Direito de Uso	7	4.893	-
Imobilizado	8	240.403	4.170
Intangível	9	8.208	8.775
Total do ativo não circulante		<u>253.504</u>	<u>12.945</u>
Total do ativo		<u><u>295.730</u></u>	<u><u>13.667</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Estrela do Norte Geração de Energia SPE S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
Passivo circulante			
Fornecedores	10	6.023	-
Obrigações tributárias	11	3.466	20
Consórcios a pagar	12	3.437	3.690
Partes relacionadas	5	188	21
Arrendamentos a pagar	13	33	-
Total do passivo circulante		13.147	3.731
Passivo não circulante			
Debêntures	14	165.876	-
Arrendamentos a pagar	13	6.235	-
		172.111	-
Patrimônio líquido			
Capital social	15	113.320	10.211
Prejuízos acumulados	-	(2.848)	(275)
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		110.472	9.936
Total do patrimônio líquido		110.472	9.936
Total do passivo e patrimônio líquido		295.730	13.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Estrela do Norte Geração de Energia SPE S.A.

Demonstração do resultado para os exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021 (Não auditado)</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas, comerciais e gerais	16	(1.167)	(208)
Outras receitas operacionais	-	-	(43)
Total das Receitas (despesas) operacionais		(1.167)	(251)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido		(1.167)	(251)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	4.580	1
Despesas financeiras	17	(3.624)	(25)
		956	(24)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(211)	(275)
Imposto de renda e contribuição social	18	(2.362)	-
Prejuízo do exercício		<u>(2.573)</u>	<u>(275)</u>
Prejuízo por ação		(0,026)	(0,914)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Estrela do Norte Geração de Energia SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
Prejuízo do exercício	----- (2.573)	----- (275)
Resultado abrangente do exercício	<u>----- (2.573)</u>	<u>----- (275)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Estrela do Norte Geração de Energia SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	AFAC		
Saldos em 28 de abril de 2021 (não auditado)					-
Constituição do capital social	15.a	301	9.910	-	10.211
Prejuízo do exercício	-	-	-	(275)	(275)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)		301	9.910	(275)	9.936
Aumento de capital	15.a	96.883	6.226	-	103.109
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.573)	(2.573)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		97.184	16.136	(2.848)	110.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Estrela do Norte Geração de Energia SPE S.A.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Prejuízo do exercício	(211)	(275)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais		
Depreciação	363	-
Juros sobre arrendamentos	1.582	-
Juros na captação de debêntures	7.120	-
Variação de ativos e passivos		
Impostos a recuperar	(221)	-
Partes relacionadas ativo	(1.395)	(8)
Instrumentos financeiros	(161)	-
Fornecedores	6.023	-
Obrigações tributárias	3.446	20
Consórcios a pagar	(253)	3.690
Partes relacionadas passivo	167	21
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.362)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>14.098</u>	<u>3.448</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado em andamento	(236.091)	(12.945)
Baixa de intangível	567	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	<u>(235.524)</u>	<u>(12.945)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	103.109	10.211
Pagamento de arrendamentos principal e juros	(570)	-
Emissão de debêntures	160.000	-
Custos de captação de debêntures	(1.386)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>261.153</u>	<u>10.211</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>39.727</u>	<u>714</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	714	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	40.441	714
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>39.727</u>	<u>714</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Estrela do Norte Geração de Energia SPE S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 28 de abril de 2021, com sede na Rua Ouro Preto, 1596 – Andar 13 – sala 1302, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Companhia terá por objeto social a realização das seguintes atividades no âmbito de projetos relacionados à geração distribuída de energia solar: instalação, operação, manutenção e aluguel de plantas solares, gerir contratos de aluguel, operação e manutenção de suas plantas solares, administrar a constituição de consórcios, cooperativas ou condomínios de consumidores de energia elétrica que aderirem ao sistema de compensação de energia, conforme resolução normativa da agência nacional de energia elétrica Aneel nº 482 de 2012, conforme alterada, participar em consórcios, cooperativas ou condomínios de consumidores de energia elétrica, que aderirem ao sistema de compensação de energia, conforme resolução Aneel nº 482 de 2012, conforme alterada, podendo ou não administrá-lo, aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais de usina de geração de energia fotovoltaica, sem operador, e aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para a realização de projetos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações individuais, de 31 de dezembro de 2022, em 4 de abril de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas contábeis brasileiras, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe a seguir, têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis .

a) Apuração do resultado

As receitas são registradas mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. As despesas são reconhecidas, quando incorridas, pelo regime de competência do exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

c) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base nas taxas fiscais.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefício econômico futuro resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os custos de empréstimos que são atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são aqueles que seriam evitados se os gastos com o ativo qualificável não tivessem sido feitos. Quando a entidade toma emprestados recursos especificamente com o propósito de obter um ativo qualificável particular, os custos do empréstimo que são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável podem ser prontamente identificados.

Na extensão em que a entidade toma recursos emprestados especificamente com o propósito de obter um ativo qualificável, a entidade deve determinar o montante dos custos dos empréstimos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos durante o período, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos.

d) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

e) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2022, não houve evidências que indicassem que os ativos não seriam recuperáveis.

h) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangem aplicações financeiras.

Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após a mensuração inicial, esses instrumentos são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), reduzidos por eventuais perdas do valor recuperável. Os recebíveis abrangem as contas a receber de clientes, conta corrente com partes relacionadas e outros ativos.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, por meio, do método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva).

Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

i) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Essas alterações são classificadas como remensurações.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato, utilizando taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

j) Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Empresa não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial. A Empresa está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement*); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
Caixa e bancos (conta movimento)	1.510	1
Aplicações financeiras	38.931	713
Total	40.441	714

As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósitos Bancários, com remuneração equivalente a 100% do CDI. O caixa e equivalentes de caixa da Companhia está composto por saldo de depósitos bancários à vista, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia possui conta no exterior, as quais em 31 de dezembro de 2022 somam R\$ 1.510, registrados como caixa e bancos. Os depósitos feitos em dólares norte-americanos serão usados para pagamentos a fornecedores estrangeiros.

Como a moeda norte-americana sofreu valorização no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve um incremento no caixa pela variação cambial positiva no montante total de R\$ 4.527.

5. Partes relacionadas

Ativo	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
Estrela do Norte SPE II	561	-
Estrela do Norte Geração de Energia SPE III	24	-
Estrela do Norte Holding S.A.	371	-
Apolo Energia Participações Ltda.	436	-
Estrela do Norte SPE III	11	-
Estrela do Sul Holding S.A.	-	8
Total	1.403	8

Passivo	31/12/2022
Mori Energia	188
Apolo Renováveis Participações Ltda.	-
APT Comercializadora de Energia Ltda.	-
Total	188

Os valores referem-se a reembolso de despesas, sem remuneração e prazo de vencimento, bem como transferências *Intercompany* e Mútuos celebrados a vias de necessidades de caixa.

Em 14 de julho de 2022 A Companhia Mori Minas Newco IV Energia Solar S.A. (Mutuante) celebrou um contrato mútuo com a empresa Estrela do Norte Geração de Energia SPE S.A (Mutuária), no valor de R\$ 4.441.346,80 (quatro milhões e quatrocentos e quarenta e um mil e trezentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos) com vencimento em 31 de dezembro de 2022. Com juros de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, calculada e divulgada pela CETIP S.A. Em 19 de setembro de 2022 foi quitado entre as partes no total de R\$ 4.547.417,30 (quatro milhões e quinhentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e dezessete reais e trinta centavos) acrescidos dos juros.

Remuneração dos administradores e diretores:

A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pois estes são remunerados pela acionista controladora.

6. Instrumentos financeiros

Ativo	31/12/2021	
	31/12/2022	(Não auditado)
Instrumentos financeiros	161	-
Total	161	-

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui uma posição de NDF (“*Non-Deliverable Forward*”) designados como “*hedge*” para proteger o fluxo de caixa da Companhia em razão dos compromissos em moeda estrangeira. As operações possuem diferentes vencimentos dentro de um período de doze meses futuros. A liquidação deste tipo de contrato se faz de acordo com a PTAX na data do vencimento.

A Companhia efetuou análises de sensibilidade, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Indexadores	Base 31/12/2022	Cenário I (50%)	Cenário II (25%)	Cenário Provável	Cenário III 25%	Cenário IV 50%
IPCA	5,31%	2,66%	3,98%	5,31%	6,64%	7,97%
IPCA	167.120	4.437	6.656	8.874	11.093	13.311

7. Direito de uso

a) Os detalhes do saldo em direito de uso da Companhia estão demonstrados na tabela a seguir:

	% - taxas de depreciação a.a.	Custo	Depreciação	Imobilizado líquido	
				2022	2021 (Não auditado)
Imóveis arrendados	14%	5.256	(363)	4.893	-
Total		5.256	(363)	4.983	-

b) Movimentações no direito de uso:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Saldos em 31/12/2022
Custo	-	5.256	5.256
Imóveis arrendados	-	5.256	5.256
Depreciação acumulada	-	(363)	(363)
Deprec. acumulada - imóveis arrendados	-	(363)	(363)
Imobilizado líquido	-	4.893	4.893

8. Imobilizado

a) Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados na tabela a seguir

	% - taxas de depreciação a.a.	Custo	Depreciação	Imobilizado líquido	
				2022	2021 (Não auditado)
Imobilizado em andamento	n/a	233.141	-	233.141	4.170
Encargos de dívida capitalizados	n/a	7.262	-	7.262	-
Total		240.403		240.403	4.170

b) Movimentações no ativo imobilizado

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Saldos em 31/12/2022
Custo	4.170	236.233	240.403
Imobilizado em andamento (i)	4.170	228.971	233.141
Encargos de dívida capitalizado (ii)	-	7.262	7.262

(i) Infraestrutura de obra, terraplanagem, compra de painéis solares e topografia.

(ii) Referem-se aos juros da dívida que estão diretamente atribuídas às plantas em construção. Todos os encargos (líquidos dos respectivos rendimentos de aplicação no montante de R\$ 2.437) foram capitalizados e registrados como parte da construção do ativo.

9. Intangível

	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
Pareceres de acesso (i)	8.123	-
Servidão	85	-
Pareceres de acesso - Usina Fotovoltaica Minas Solar I (i)	-	1.500
Pareceres de acesso - Consórcio Buritzeiro de Energia (i)	-	3.978
Pareceres de acesso - Consórcio Solar Apollo I (i)	-	807
Pareceres de acesso - Consórcio Solar Coqueiros I (i)	-	2.490
Total	8.208	8.775

(i) O valor refere-se a compra de parecer de acesso para conexão de Usinas de energias através de fontes renováveis são elas. O parecer de acesso está sendo tratado como tendo vida útil indefinida porque se espera que contribua para os fluxos de caixa líquidos em benefício da empresa indefinidamente. Portanto, tal Parecer não seria amortizado enquanto a sua vida útil não fosse determinada como definida.

10. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
Fornecedores nacionais	6.023	-
Total	6.023	-

Os valores nesta conta representam as obrigações a pagar por compra de equipamentos e serviços.

11. Obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
IRPJ a recolher	1.733	-
CSLL a recolher	631	-
PIS, Cofins e CSLL a recolher	122	6
INSS a recolher	413	1
ISS a recolher	537	11
IRRF a recolher	30	2
Total	3.466	20

12. Consórcios a pagar

	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
Consórcio Solar Apolo I (a)	132	132
Consórcio Coqueiros I (b)	968	1.188
Consórcio Buritizeiro Energia (c)	2.327	2.328
Apolo Geração de Energia SPE	-	42
Apolo Renováveis Participações Ltda.	10	-
Total	3.437	3.690

Todos os consórcios estão localizados no estado de Minas Gerais.

- (a) Consórcio Solar Apolo I, no montante de R\$ 550.000,00, tem por objeto a locação e operação de usinas de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, para autoconsumo remoto na modalidade de geração compartilhada, conforme previsto na REN 482 ("Usinas"); o valor pago no ano de 2021 referente a esse consórcio foi de R\$ 418.000,00.
- (b) Consórcio Coqueiros I, no montante de R\$ 2.200.000,00, tem por objeto a locação e operação de usinas de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, para autoconsumo remoto na modalidade de geração compartilhada, conforme previsto na REN 482 ("Usinas"); o valor pago no ano de 2021 referente a esse consórcio foi de R\$ R\$ 1.012.000,00.
- (c) Consórcio Buritizeiro Energia, no montante de R\$ 3.860.000,00, tem por objeto a locação e operação de usinas de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, para autoconsumo remoto na modalidade de geração compartilhada, conforme previsto na REN 482 ("Usinas"); o valor pago no ano de 2021 referente a esse consórcio foi de R\$ 1.533.000,00.

13. Arrendamentos a pagar

Os passivos de arrendamento foram contabilizados de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota 3.1, com taxa de juros que reflete o custo de aquisição pela Companhia e por suas controladas e controladas em conjunto de dívida com características similares a aquelas determinadas pelos contratos de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico.

Os arrendamentos foram firmados há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações. As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é a arrendatária são apresentadas a seguir:

Valores reconhecidos no resultado

Arrendamentos	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre arrendamento	1.582	-

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento se refere ao montante esperado transferido pelo uso do ativo (direito de uso), registrado a valor presente. O fluxo financeiro do passivo de arrendamento foi descontado a taxas que variaram entre 14,14% a e 14,89% sendo estas taxas as que melhor refletem o ambiente econômico da Companhia para a aquisição de um ativo em condições semelhantes. O cronograma de pagamento dos arrendamentos é conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento de imóveis	22.163	-
(-) Encargos financeiros futuros	(15.895)	-
Valor presente dos arrendamentos de imóveis	6.268	-
Circulante	33	-
Não circulante	6.235	-

A movimentação do arrendamento é conforme segue

31 de dezembro de 2021	-
Adições	5.256
Juros incorridos	1.582
Pagamento de principal e juros	(570)
31 de dezembro de 2022	6.268

A tabela a seguir apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar dos arrendamentos de acordo com as obrigações assumidas em cada contrato:

	2024	2025	2026	2027	2027	Total
Vencimento de passivo de arrendamento	38	44	50	57	6046	6235

14. Debêntures

Em 02 de setembro de 2022, a Companhia emitiu Debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 160.000 (cento e sessenta milhões de reais), realizada em série única. Foram emitidas 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures simples com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais). O contrato tem vencimento em 2 de setembro de 2024 e a taxa de juros aplicada é o CDI + 2,26%.

	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
Valor principal	160.000	-
(-) Custos de captação	(1.386)	-
(+) Juros	7.120	-
(+) Amortização de custos de captação	142	-
Total	165.876	-
Passivo circulante	-	-
Passivo não circulante	165.876	-

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Sociedade é de R\$ 97.184.112,00 (noventa e sete milhões, cento e oitenta e quatro mil, cento e doze reais), dividido em 97.184.112 ações ordinárias, nominativas e registradas sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Acionista	Ações	%	Valor - R\$
Estrela do Norte Holding S.A.	97.184.112	100	97.184.112
Total	97.184.112	100	97.184.112

Em 02 de setembro de 2022 foi aprovado em AGE o aumento de capital da companhia no montante de R\$ 96.883.112 (noventa e sei milhões, oitocentos e oitenta e três mil, cento e doze reais), mediante a emissão de 96.883.112 (noventa e sei milhões, oitocentos e oitenta e três mil, cento e doze) novas ações ordinárias, nominativas e registradas sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas nesta data.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Foram realizados aportes de AFAC em 2022, parte foram integralizados no ano corrente restando o saldo de R\$ 15.836 mil para regularização.

16. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
Serviços de terceiros	(442)	(202)
Depreciação e amortização	(363)	-
Taxas diversas	(136)	(2)
Despesas com viagem	(92)	(2)
Outras despesas administrativas	(134)	(2)
Total	(1.167)	(208)

17. Resultado financeiro líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos de aplicações financeiras	4.527	1
Outras receitas financeiras	53	-
Receitas financeiras	4.580	1
Juros sobre arrendamentos	(1.582)	-
IOF	(871)	(23)
Comissões bancárias	(531)	-
Juros sobre mútuos	(188)	-
Custo de captação debêntures	-	-
Multas passivas	(85)	-
Juros passivos	(21)	-
Outras despesas financeiras	(346)	(2)
Despesas financeiras	(3.624)	(25)
Resultado financeiro líquido	956	(24)

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Corrente – a pagar

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

b) Reconciliação dos saldos e das despesas de imposto de renda e contribuição social

O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	31/12/2022
Base de cálculo presumida (32%)	6.777
Adicional federal	240
Base de apuração	7.017
Despesa com IRPJ (15%)	(1.053)
Despesa com IRPJ (Alíquota adicional 10%)	(678)
Despesa com CSLL (9%)	(631)
Despesa de IRPJ	(1.731)
Despesa de CSLL	(631)
Total	(2.362)

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, em conformidade com a legislação vigente, leia-se Lei nº 12.973/2014.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

A Companhia segue o regime de apuração de imposto de renda e contribuição social por meio do lucro presumido.

19. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, arrendamento, outras contas a pagar.

	Mensuração	31/12/2022	31/12/2021
Mensurados a valor justo por meio do Resultado			
A valor justo			
Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	Nível 2	161	-
Custos amortizado (ativos financeiros)			
Caixa e equivalente de caixa	Nível 1	40.441	714
Partes relacionadas	Nível 2	1.403	8
Custos amortizado (passivos financeiros)			
Fornecedores	Nível 2	6.023	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	165.876	-
Arrendamentos a pagar	Nível 2	6.268	-
Partes relacionadas	Nível 2	188	-

20. Gerenciamento de risco

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital.

i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Os saldos apresentados em caixa e equivalentes de caixa, são concentrados em instituições financeiras consideradas pelo mercado como sendo de primeira linha.

No geral a administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, sua qualidade creditícia, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado diretamente pela administração da Companhia para mitigar riscos nas decisões tomadas. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. Entre esses, o acompanhamento permanente de contas a receber e ajustes às necessidades dos clientes para eliminar qualquer tipo de inadimplência.

ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

Não é esperado que fluxos de caixa possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Para manutenção da continuidade operacional, a Companhia conta com o suporte dos acionistas, conforme mencionado nas notas explicativas detalhadas anteriormente.

iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de matérias-primas, irá afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro das operações da Companhia.

A administração da Companhia acompanha o mercado e suas oscilações de forma permanentemente. Visando minimizar este risco, a Companhia procura se antecipar aos movimentos de mercado, utilizando tanto inteligência de dados como compras de matérias primas nacionalizadas. Além disso, a administração da Companhia revisa permanentemente (de proposta a proposta) oscilações do mercado para ajustar descontos e oferta de valor para o cliente final.

21. Provisão para riscos

A Companhia está sujeita a processos fiscais, trabalhistas, cíveis e outras. Em bases periódicas, a administração revisa a posição de processos, avalia as probabilidades de eventuais perdas e ajusta a respectiva provisão, quando aplicável, considerando a opinião de seus assessores legais e os demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como a natureza dos processos e os dados históricos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há processos tributários, cíveis e trabalhistas avaliados pelos assessores legais com perda provável ou possível, não tendo sido, portanto, contabilizadas provisões.

22. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

23. Eventos subsequentes

Em decisão unânime por ocasião do julgamento dos recursos extraordinários – RE 955227 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881), em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a tese de que uma decisão final, mesmo transitada em julgado nas relações tributárias deixará de possuir eficácia caso: **(i)** verse sobre tributos recolhidos de forma continuada; e **(ii)** o próprio STF fixe entendimento posterior em sentido contrário, em sede de repercussão geral. Na prática, caso o contribuinte não recolha determinado tributo por possuir a seu favor decisão definitiva que considere determinado tributo inconstitucional, deverá voltar a recolher tal tributo, respeitada a irretroatividade e anterioridade, após decisão do mesmo STF em sentido contrário. A administração da Companhia avaliou a decisão e não identificou efeito e possíveis impactos que, conseqüentemente, deveriam ser registrados e/ou relatados nas demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

* * *